

OAS Óleo e Gás S.A. e Controladas

CNPJ nº 11.866.604/0001-31

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: A OAS Óleo e Gás S.A. e Controladas, submete a V.Sas. as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, acompanhada do relatório do auditor independente.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados levantados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo					Passivo e patrimônio líquido				
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3	82.127	75.547	82.127	75.547				
Adiantamento a terceiros			6		6				
Impostos a recuperar		244	183	244	183				
Outros ativos					Outros passivos				
Total do ativo circulante		82.371	75.739	82.371	75.744				
Não circulante					Não circulante				
Outros ativos		575	61	575	61				
Imobilizado		5	14	5	14				
Total do ativo não circulante		580	75	580	75				
Total do ativo		82.951	75.814	82.951	75.819				

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldos em 31 de dezembro de 2020									
Lucro do exercício									
Ajuste acumulado de conversão									
Total do resultado abrangente do exercício									
Saldos em 31 de dezembro de 2021									
Lucro do exercício									
Ajuste acumulado de conversão									
Total do resultado abrangente do exercício									
Saldos em 31 de dezembro de 2022									

Notas explicativas da Diretoria sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais: A OAS Óleo e Gás S.A. ("OAS O&G" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 29 de março de 2010, com o objetivo de realizar investimentos no setor de óleo e gás e tem sede na cidade de São Paulo, Brasil. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 13, em 12 de julho de 2024, foi aprovada a alteração do endereço da sede da Companhia para Salvador, Bahia. A área de atuação da Companhia compreende o desenvolvimento de projetos de apoio às operações de exploração e produção de petróleo e gás natural, incluindo o afretamento e a operação de unidades flutuantes de perfuração (navios-sonda), de unidades flutuantes de produção de petróleo (FPSOs), unidades flutuantes de armazenamento de petróleo (FAOs) e embarcações de apoio marítimo, bem como a propulsão e a operação de terminais logísticos de apoio. A Companhia, através de cinco empresas domiciliadas na Holanda (Cassino Drilling B.V. - "Cassino", Comandantubá Drilling B.V. - "Comandantubá", Curumim Drilling B.V. - "Curumim", Itapema Drilling B.V. - "Itapema" e Salinas Drilling B.V. - "Salinas", em conjunto denominadas "SPES"), todas coligadas a sua subsidiária indireta Seaworthy Investment GmbH ("Seaworthy"), era coproprietária de cinco navios-sonda, em estágio de construção, que foram afretados à Petróleo Brasileiro S.A. - Petróbras para a exploração da camada do pré-sal por um período de 15 anos, com opção de renovação por até mais 5 anos ("Projeto Sondas"). Em 6 de julho de 2015, a Companhia alienou a totalidade das ações que detinha nas SPES Cassino, Curumim e Salinas à Sete International One GmbH ("Sete International One"), acionista controladora das SPES. A Companhia também é quotista direta da Atlas Sete de Perfuração Ltda. ("Atlas"), estabelecida no Brasil e criada especificamente para operar esses cinco navios.

1.1. Entidades da Companhia: A lista a seguir apresenta as participações nas empresas controladas e coligadas consideradas nas informações consolidadas:

Empresas	Participação no capital social		
	País	31/12/2022	31/12/2021
Controladas - consolidadas			
OAS Oil & Gas GmbH ("OAS Oil & Gas")	Áustria	100,00%	100,00%
Seaworthy Investment GmbH ("Seaworthy")	Áustria	-	89,00%
Coligadas (método de equivalência patrimonial)			
Atlas Serviços de Perfuração Ltda. ("Atlas")	Brasil	20,00%	20,00%
Comandantubá Drilling B.V. ("Comandantubá")	Holanda	25,00%	25,00%
Itapema Drilling B.V. ("Itapema")	Holanda	25,00%	25,00%

Informações sobre as investidas: Atlas: A Atlas é uma empresa estabelecida em Macaé, Rio de Janeiro fundada para atuar no setor de atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural. OAS Oil & Gas GmbH: A OAS Oil & Gas GmbH ("OAS G") é uma holding estabelecida na Áustria para deter participação na controlada Seaworthy e suas coligadas estabelecidas na Holanda. Seaworthy: A investida indireta Seaworthy é uma holding estabelecida na Áustria para deter participações em cada uma das coligadas estabelecidas na Holanda (SPES Comandantubá e Itapema). Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia detém 89% do seu capital social. Conforme apresentado Nota Explicativa nº 1, as SPES assinaram contratos de afretamento dos navios-sonda, pelo prazo de 15 anos, com opção de renovação por até mais 5 anos. Os navios-sonda estavam em fase de construção e os trabalhos foram suspensos. A entrega estava prevista para ocorrer entre maio de 2019 e janeiro de 2020. SPES Comandantubá e Itapema: Em 31 de dezembro de 2022, as SPES Itapema e Comandantubá tinham como acionistas a Sete International Two GmbH, subsidiária integral da Sete Brasil S.A. ("Sete Brasil"), com 75% de participação, e a Seaworthy, com 25% de participação. Conforme mencionado acima, a Companhia alienou a totalidade das ações de determinadas SPES a Sete International One, todavia dada a divergência entre as partes quanto à inclusão, no cálculo do preço das SPES a Sete International One, todavia dada a divergência entre as partes quanto à inclusão, no cálculo do preço das SPES alegadamente devidos à Seaworthy, em razão de aquisição das ações "B" de sua titularidade na Salinas Drilling B.V., Cassino Drilling B.V. e Curumim Drilling B.V. pelo Sete International One em setembro de 2012, o preço da opção ficou dividido em (i) parte incontroversa e (ii) parte controversa. Os valores incontroversos da venda montam US\$ 27.647, equivalentes a aproximadamente R\$ 86.897 (naquela data), os quais serão corrigidos pela taxa de juros de 8,15% a.a. a partir da data da venda, conforme adiante demonstrado, tendo como vencimento o dia 31 de agosto de 2015:

SPE	Valor de venda em US\$	Valor de venda aproximado em R\$ (*)
Cassino	15.185	47.728
Salinas	6.146	19.317
Curumim	6.316	19.855
Total	27.647	86.897

(*) Taxa de câmbio de R\$ 3,1431, em 06 de julho de 2015. **Recuperabilidade dos investimentos nas SPES:** Em 29 de abril de 2016, a Sete Brasil Participações e Investimentos S.A. e suas controladas Sete Investimentos S.A., Sete Investimentos II S.A., Sete Holding GmbH, Sete International One GmbH e Sete International Two GmbH ingressaram com pedido de recuperação judicial na 3ª Vara Empresarial do Foro da Comarca do Rio de Janeiro, o qual foi aceito pelo Juízo em 15 de junho de 2016 somente para as empresas domiciliadas no Brasil. Dessa forma, não foram aceitos os pedidos de recuperação judicial da Sete Holding GmbH, da Sete International One GmbH e da Sete International Two GmbH. O Grupo Sete recorreu de tal decisão e, em 02 de setembro de 2016, a 2ª Câmara IV do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro deferiu a inclusão dessas empresas no grupo de recuperandas do citado processo de recuperação judicial. A controlada indireta Seaworthy questiona judicialmente esta decisão e tenta revertê-la. A Seaworthy não deliberou a respeito do PRJ, por ser acionista das SPES Itapema e Comandantubá. Em 31 de dezembro de 2022, a Diretoria avalia que a recuperação dos recursos aplicados em Cassino, Curumim e Salinas dependem do desfecho do processo de recuperação judicial do grupo Sete Brasil, que possibilite a Sete International One possuir meios para saldar a sua obrigação. A Seaworthy consta no plano de RJ como Sócia B das SPES Itapema e Comandantubá, (75% do capital pertence a Sete International Two GmbH). Quanto às SPES Cassino, Curumim e Salinas, a Sete International One GmbH detém 100% do capital social. Em vista do anterior, considerando a situação financeira delicada da Sete Brasil e demais sociedades do seu grupo econômico, conforme amplamente divulgado pela mídia e após a entrada do pedido de recuperação judicial das empresas do grupo Sete, com o prazo de 60 dias, existem incertezas significativas acerca da capacidade da Sete International One honrar seus compromissos financeiros assumidos nos contratos de compra e venda das SPES Cassino, Curumim e Salinas. Assim, a Diretoria da Companhia também entende que, no cenário atual, não há perspectiva de retomada de nenhuma atividade relativa ao Projeto Sondas. Em 31 de dezembro de 2015 a Diretoria da Seaworthy decidiu reconhecer perda estimada por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) dos saldos dos investimentos em Itapema e Comandantubá, correspondente a R\$ 16.884, bem como pela totalidade dos recebíveis emergentes dos contratos de compra e venda das SPES Cassino, Curumim e Salinas, corrigido até esta data, o qual correspondia a R\$ 94.866. A Companhia continuará a monitorar a situação, evitando seus melhores esforços no sentido de encontrar alternativas para a recuperação dos investimentos feitos. Em setembro de 2016, o Conselho de Administração da OAS Óleo e Gás S.A. autorizou a Diretoria a iniciar o processo mediado a seguir: (i) apresentar impugnação de crédito na RJ, para retificação de valor inscrito em favor da Seaworthy e (ii) buscar, na recuperação judicial, a exclusão da Sete International One do procedimento, pelo fato de as partes serem domiciliadas na Áustria; e o crédito, rejeitado por lei holandesa. Na mesma Reunião do Conselho de Administração, deliberou-se que a Seaworthy, ao menos naquele momento, não tomaria nenhuma outra ação para execução do crédito. Em 05 de outubro de 2016, a Seaworthy apresentou ao Administrador Judicial uma divergência de crédito, solicitando a retificação do valor de US\$ 27.647 para US\$ 29.487. Essa divergência foi acolhida no 2º edital de credores, resultando na atualização do crédito da Seaworthy para US\$ 29.487. Desde então, a Sete Brasil enfrentou desafios financeiros significativos, culminando com a decretação de sua falência pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro em dezembro de 2024, devido ao não cumprimento do plano de recuperação judicial e a um passivo acumulado de aproximadamente R\$ 98.000 milhões. O Ministério Público do Rio de Janeiro manifestou-se favoravelmente à falência da Sete Brasil, reforçando a decisão judicial. Esses acontecimentos refletem a complexidade e os desafios enfrentados pela Sete Brasil em sua recuperação judicial, afetando diretamente os credores, incluindo a Seaworthy. **1.2. Processo de incorporação das controladas e futuro das operações da Companhia:** Considerando a aprovação do Plano de Recuperação Judicial da Sete Brasil Participações S.A. - Em Recuperação Judicial, Sete Investimentos I S.A. - Em Recuperação Judicial, Sete Investimentos II S.A. - Em Recuperação Judicial, Sete Holding GmbH - Em Recuperação Judicial, Sete International One GmbH - Em Recuperação Judicial e Sete International Two GmbH - Em Recuperação Judicial, aprovado em Assembleia Geral convocada em 09.12.2021 (Processo nº 0162307.13.2016.6.19.0001) ("Plano"), a Diretoria dependente de determinadas formalizações para a implementação da proposta, as acionistas indiretas da Sociedade, Certha Investimentos S.A. e FI-FGTS, deliberaram, em 2021, pela realização de um processo de *due diligence*. A decisão foi motivada pelo desinteresse de seus acionistas em manter a sociedade por meio dessas empresas, sinalizando a intenção de desfazê-la. O processo de *due diligence* incluiu a contratação de assessores jurídicos e financeiros, nas jurisdições pertinentes, para elaboração dos relatórios e cronograma necessário para encerramento das atividades, incluindo a análise e levantamento dos passivos e ativos das empresas, avaliação de obrigações legais e possíveis alternativas de reorganização societária, alienação de ativos ou outras formas de desobrigação. A implementação do Plano é de suma importância para o direcionamento das atividades da OAS Óleo e Gás S.A. e suas investidas. Seaworthy Investments GmbH e OAS Oil & Gas GmbH, após, conforme previsto na Cláusula 10.5 do 4º Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial, um ser realizado o pagamento do seu percentual e decorrente da implementação dos termos previstos no Plano, as partes terão mútua quitação dos créditos envolvendo o Projeto Sondas. No que tange as investidas, o encerramento das atividades poderá ocorrer por meio de incorporação, em conformidade com o estabelecido nas leis daquela jurisdição. Ressalta-se que a definição sobre o futuro das subsidiárias austríacas OAS Oil & Gas GmbH e Seaworthy Investments GmbH é um passo crucial para o avanço do processo de reorganização das atividades no Brasil, influenciando diretamente o prazo para sua conclusão. Até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, não foi formalizada decisão sobre o futuro da Companhia e suas investidas. A Administração avalia que, diante do volume relevante de recursos financeiros disponíveis, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 2, a Companhia possui caixa suficiente para manter suas operações e honrar seus compromissos por um período mínimo de 12 meses após a data-base das demonstrações financeiras, bem como para prestar o suporte financeiro necessário às suas investidas durante esse período. Assim, entende-se que a adoção da premissa de continuidade operacional permanece apropriada para a elaboração destas demonstrações. A Administração seguirá monitorando os desdobramentos e tomará as providências cabíveis para reavaliar a base contábil aplicável, à medida que novas decisões forem formalizadas. **1.3. Recuperação Judicial do Grupo METHA:** A Metha S.A. ("Metha") e a Certha Investimentos S.A. ("Certha") são acionistas indireta e direta, respectivamente, da OAS Óleo e Gás S.A., controladora indireta da Sociedade. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 13, em 17 de outubro de 2023, a Metha, Certha e determinadas empresas do Grupo econômico ajustaram pedido de recuperação judicial. **1.4. Acordos com credores públicos firmados pela METHA:** **Acordo de Leniência:** A Controladora-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU) assinaram em 14 de novembro de 2019, acordo de leniência com o Grupo METHA, invertendo no âmbito da Operação Lava Jato. Neste acordo, o Grupo assumiu o compromisso de pagar integralmente o valor de R\$ 1.929.257 mil, em parcelas anuais, atualizadas pela Selic, com vencimento para 2047. O Acordo estabelece a obrigatoriedade de atendimento do atual programa de integridade do Grupo METHA, determinando seu acompanhamento e aprimoramento contínuo, inclusive com a implementação da certificação ISO 37001, com foco na prevenção da ocorrência de ilícitos e privilegiando em grau máximo a ética e transparência na condução dos negócios das empresas. Dentre os benefícios assegurados por um acordo de leniência e regular execução do Acordo está a autorização para que as empresas financeiras disponíveis, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 2, a Companhia possua caixa suficiente para manter suas operações e honrar seus compromissos por um período mínimo de 12 meses após a data-base das demonstrações contábeis individuais e consolidadas sob autorização pela Diretoria em 30 de junho de 2025. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem a legislação societária, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), a Base de mensuração: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico. b) Moeda funcional e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações contábeis apresentadas em reais foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas referentes às controladas diretas e indiretas localizadas no exterior são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua ("a moeda funcional"). A conversão dos valores relativos a essas controladas é efetuada conforme o CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças de Taxas de Câmbio e a metodologia de Diferença de Câmbio contábeis. Transações em moeda estrangeira são inicialmente convertidas à taxa de câmbio da data da transação, e registradas em reais. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para reais à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. c) Uso de estimativa e julgamento: A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas exige que a Diretoria utilize julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua e baseadas, entre outros fatores, na experiência histórica, incluindo expectativas de eventos futuros. Os efeitos das variações de estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que a revisão é realizada e em quaisquer exercícios futuros afetados. **2.2. Políticas contábeis materiais:** As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão definidas e seguem a seguir: a) **Ativos financeiros:** também incluem o exercício anterior. a) **Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujo saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Tais valores são registrados pelo seu custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, não excedendo o seu valor de mercado ou de realização. b) **Instrumentos financeiros:** *Ativos financeiros:* A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob a categoria (i) valor justo por meio do resultado abrangente, (ii) valor justo por meio do resultado e (iii) custo amortizado. Os ativos financeiros são classificados em derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Tais instrumentos financeiros são apresentados como ativo circulante e compreendem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A classificação ocorre com base tanto no modelo de negócio estabelecido pela entidade, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente:* Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de "somente P&J", ou seja, fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamento de principal e juros em aberto, e que, após ajustado em um modelo de negócios cujo o objetivo seja atingir o objetivo de obtenção de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes. *Custo Amortizado:* São ativos mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e em termos contratuais serem origem de fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto (critério "somente P&J"). O custo amortizado

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo e patrimônio líquido									
Circulante									
Fornecedores	4	3.019	2.466	3.292	2.962				
Salários, provisões e contribuições sociais			127		127				
Tributos e contribuições a recolher	5	2.475	505	2.475	505				
Outros passivos			697	36	690				
Total do passivo circulante		5.561	3.131	6.057	3.627				
Não circulante									
Provisões para riscos processuais	6	7.975		7.975					
Provisão para perdas em investimentos	7	614	591	449	421				
Total do passivo não circulante		8.589	591	8.424	421				
Patrimônio líquido									
Capital social	9	95.284	95.284	95.284	95.284				
Reserva de capital		83.606	83.606	83.606	83.606				
Outros resultados abrangentes		696	206	696	206				
Prejuízos acumulados		(110.485)	(107.004)	(110.485)	(107.004)				
Total do patrimônio líquido dos controladores		68.801	72.092	68.801	72.092				
Participação de não controladores				(331)	(321)				
Total do patrimônio líquido		68.801	72.092	68.470	71.771				
Total do passivo e do patrimônio líquido		82.951	75.814	82.951	75.819				

A Administração

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Despesas gerais e administrativas	10	(1.765)	(6.379)	(2.271)	(6.825)				
Outras receitas (despesas), líquidas	10	(7.706)	78.890	(7.706)	78.890				
Despesas operacionais		(9.471)	72.511	(9.977)	72.065				
Lucro (prejuízo) antes da provisão para perda em resultado em períodos subsequentes:		(9.471)	72.511	(9.977)	72.065				
Provisão para perda em investimentos	7	(505)	(849)	(28)	(421)				
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		(9.976)	71.662	(10.005)	71.644				
Receitas financeiras		9.242	1.373	9.242	1.373				
Despesas financeiras		(1.680)	(1.520)	(1.680)	(1.520)				
Resultado financeiro, líquido	11	7.562	(147)	7.562	(147)				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(2.414)	71.515	(2.443)	71.497				
Imposto de renda e contribuição social									
Corrente	5.1	(1.067)		(1.086)	(22)				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(3.481)	71.515	(3.529)	71.475				
Lucro (prejuízo) do exercício atribuível aos:									
Acionistas controladores		(3.481)	71.515	(3.481)	71.515				
Acionistas não controladores				(48)	(40)				
Total		(3.481)	71.515	(3.529)	71.475				

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(3.481)	71.515	(3.529)	71.475				
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado em períodos subsequentes:									
Ganho (perda) na conversão de investimentos no exterior, líquido		190	(18)	228	(272)				
Total do resultado abrangente do exercício		(3.291)	71.497	(3.301)	71.203				
Total do resultado abrangente do exercício atribuível aos:									
Acionistas controladores					(3.291)				71.497
Acionistas não controladores					(10)				(294)
Total					(3.301)				71.203

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolid

910 16553338_1810.pdf

Código do documento: 910



Assinado por:



EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130
Certificado Digital
E-mail: publicidade@grupoatarde.com.br

Registro de Eventos:

18 out 2025, 00:01:00 - UPLOAD

Documento: 910

Criado por: Lucas Cerqueira **Email:** lucas.cerqueira@grupoatarde.com.br

DATE_ATOM: 2025-10-18T00:01:12-03:00

18 out 2025, 00:01:12 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

DATE_ATOM: 2025-10-18T00:01:12-03:00

18 out 2025, 00:01:12 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL

EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130

E-Mail: publicidade@grupoatarde.com.br

Emissor do Certificado: CN=EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130,
OU=videoconferencia, OU=24479762000180, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, L=Salvador, S=BA, O=ICP-Brasil, C=BR

DATE_ATOM: 2025-10-18T00:01:12-03:00

Hash do documento original:

[SHA256]: 8f0de21fddbd14aa9c0c210bc426a7e7596f075fef76633952f444bdf5a5dfce

[SHA512]: 4fd53f993e7677458f3439ba1bcd7c9fb45afc89aa86c317231acebccc3d5fab5e95a7567405ce7765b6c927e88e55e500867752fbdd50a43f5dc552c2ab7cdf

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC DIGITALSIGN RFB G3